

Seplan muda para o Planalto

Os ajustes econômicos, em fase de definição a nível do Palácio do Planalto estão sendo feitos, pela primeira vez, sob o critério da unicidade orçamentária, ou seja, levando em consideração os orçamentos monetário, fiscal e das estatais como um todo. A informação é de qualificado informante do Ministério do Planejamento. Ele explicou que os cortes de determinadas despesas do orçamento suprirão certas necessidades de gastos em outro, mas, observou, haverá aí uma economia substancial, que se negou a revelar.

A nível técnico, o **pacote** teria sido concluído ontem ao meio-dia, segundo o informante. A partir de então, a decisão sobre a implementação ou não das medidas propostas pela equipe econômica e do seu grau de intensidade teria se tornado assunto da estrita competência do Presidente da República.

Ainda segundo versões existentes na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, durante toda a tarde, a presença de ministros da área econômica e de seu quadro de assessores no Palácio do Planalto seria para elucidar eventuais dúvidas do Presidente da República e do Chefe do Gabinete Civil, Leão de Abreu, com relação às medidas econômicas para corrigir os desvios dos tetos de déficit público acertados com o Fundo Monetário Internacional. Por volta das 16h30min, a Seplan, na Esplanada dos Ministérios, ficou literalmente esvaziada dos seus principais escalões. Seguiram para o Palácio do Planalto Akihiro Ikeda, secretário Especial para Assuntos Econômicos; Nelson Mortada, secretário de controle das Empresas Estatais; José Milton Dallari Soares, secretário Especial de Abastecimento e Preços; João Batista de Abreu, secretário-adjunto do ministro Delfim Netto; Carlos Von Doellinger, especialista do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) em Déficit Público; José Augusto Arantes Savasini, superintendente do IPLAN, principal órgão do IPEA; Deniz Ribeiro, chefe da assessoria econômica do Ministério da Agricultura; Luis Paulo Rosemberg, assessor especial da Seplan; e Ibrahim Eris, também assessor especial da Seplan.

Nenhum deles confirmou as infor-

mações de que o **pacote** começaria a ser aberto hoje, com o anúncio do corte de gastos no orçamento das estatais. Indagado sobre o assunto, o secretário da SEST, evasivo como todos os demais, limitou-se a dizer que nem tudo está fechado ainda, o que contraria informações de qualificada fonte do ministério. Bem-humorados, Akihiro Ikeda e José Milton Dallari negaram-se a revelar os assuntos da pauta da reunião do Palácio. Ikeda não soube, inclusive, dizer que dia o Conselho Monetário Nacional se reunirá, deixando aberta, inclusive, a possibilidade disso nem acontecer.

Diversos informantes da Seplan confirmaram em *off* que o pacote vai ser anunciado aos poucos e será menos rigoroso que o inicialmente especulado. Atribuíram o abrandamento das medidas ao enfrentamento entre a área econômica, que defendia decisões duras, e o Palácio do Planalto e área política, que se basearam no princípio da moderação, levando em conta os impactos sociais e políticos de ajustes profundos. O atual encaminhamento da questão teria desgastado o Ministério do Planejamento e o Banco Central. O Ministério da Fazenda teria, de acordo com os informantes, mostrado sempre muita cautela ao tratar do assunto.

Em consequência do abrandamento das medidas econômicas, tem-se como certo na Seplan que a não criação do empréstimo compulsório para criar recursos para atender as dificuldades criadas pelas enchentes no Sul do País e pelas secas no Nordeste; uma outra coisa que o Governo não mexeria é nos subsídios à exportação; e o alcance da meta de uma inflação de 95 por cento este ano, de acordo com o combinado com o Fundo, teria deixado de ser uma obsessão.

Essa orientação nova dada ao **pacote** teria, segundo versões existentes na Seplan, tido origem nas informações que o representante brasileiro no FMI, Alexandre Kafka, transmitiu aos ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, através das quais se teria desanuviado o quadro sombrio a que estavam confinados os tecnocratas brasileiros, com a notícia de uma maior flexibilidade no cumprimento das exigências do Fundo.